



GT 002. A contribuição da perspectiva antropológica sobre o uso de substâncias psicoativas para o debate atual em torno das

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF) - Coordenador/a, Beatriz Caiuby Labate (California Institute of Integral Studies in EUA - Programa de Psicologia Leste-Oeste do CIIS) - Coordenador/a, Andres Leonardo Gongora Sierra (UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA) - Debatedor/a, Camila de Pieri Benedito (Doutoranda) - Debatedor/a, Rogerio Lopes Azize (UERJ) - Debatedor

O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca do uso de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender os modos de consumo, seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexistem em torno dessas substâncias, como a própria definição como "drogas". Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. Nesse sentido, o ponto de partida é problematizar o paradigma médico-legal em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia "efeitos farmacológicos" versus "aspectos culturais", promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos, de modo a se pensar o tema a partir de uma perspectiva mais integrada. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre práticas de consumo de substâncias que recebem as alcunhas de "droga", "plantas" e "remédios"; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle, tais como tribunais de justiça e serviços de saúde e comunidades terapêuticas. 3) pesquisas que exploram o saber nativo e o encontro entre disciplinas diversas, como, por exemplo, investigações sobre o potencial terapêutico da maconha e dos alucinógenos.

?Quem mexeu no meu queijo?: um estudo sobre o uso de drogas e a rede de atendimento à população em situação de rua em Recife

Autoria: Camila Borges da Silva

Comumente, as instituições pensam o uso de drogas a partir do que motiva o indivíduo a usá-las. A resposta, segundo Eduardo Viana Vargas (2006), é que o uso de drogas ainda é associado a uma falta ou fraqueza física, moral, psíquica, cultural ou social. Essa perspectiva toma maior proporção quando pensamos em públicos que estão na linha de extrema pobreza, em vulnerabilidade social ou em situação de rua. Os interlocutores que participam da pesquisa vivenciam a rua como espaço de moradia e work, mas o termo "indivíduo em situação de rua" é preferencialmente utilizado para atribuir à rua um caráter de transitoriedade, não como principal categoria identitária do indivíduo (GIOGERTTI, 2006). São diversos os fatores que levam uma pessoa às ruas, tais como a adicção a alguma droga, transtorno mental, conflitos na comunidade e falta de remuneração salarial. Silvia (2009) define a população de rua como "grupo populacional heterogêneo, mas que possui, em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular", também englobando aqueles indivíduos que estão temporariamente em albergues ou abrigos. Este work tem como objetivo, a partir da perspectiva antropológica, entender e apresentar como se dá a política sobre drogas voltadas à população em situação de rua em Recife. Pretende-se também compreender a relação entre a estrutura dessa política e a repercussão na adesão do público alvo. O contato com os interlocutores surgiu em espaços de atendimento à



população em situação de rua, vinculados à rede municipal de assistência social e direitos humanos, assim registramos as informações contidas neste work com utilização de diário de campo e observação participante. Na escuta às pessoas em situação de rua, era comum o relato sobre uso de drogas, principalmente o Crack (queijo), o tabaco, o álcool, a cola e a maconha. Anteriormente, as instituições vinculadas ao Estado, como o programa Atitude, dialogavam com o discurso e a prática da redução de danos, em que não há uma apologia às drogas, mas sim uma relação de entendimento e cuidado sobre as diferentes formas de vivenciar a prática do uso de drogas. No entanto, a partir de 2016, o Estado firmou parcerias com Comunidades Terapêuticas, onde era comum a presença do discurso “antidrogas” nas instituições, trazendo força de lei a um consenso moral. Por fim, o estigma (GOFFMAN, 2012) e as políticas proibicionistas adotadas pelo Estado, as quais não consideram as subjetividades e diferentes contextos que envolvem o uso de drogas na vivência de rua, constroem barreiras que dificultam o acesso da pessoa em situação de rua às instituições sociais e de saúde que se propõem a atuar no cuidado relacionado ao uso intenso de drogas.



Realização:



Apoio:



Organização:

